



DESENVOLVIMENTO
E MEIO AMBIENTE

BIBLIOTECA
DIGITAL
DE PERIÓDICOS
BDP | UFPR

revistas.ufpr.br

Emergência climática e a metamorfose do campo: eclosão de críticas e justificações de ordem ecológica em conflitos sociais no campo paulista

Climate Emergency and Transformation of Rural Areas: Eruption of ecological critiques and justifications in social conflicts in the São Paulo countryside

José Caio Quadrado ALVES^{1*}, Leila da Costa FERREIRA²

¹ Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba, SP, Brasil

² Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, Brasil.

* E-mail de contato: jcaioesalq@usp.br

Artigo recebido em 17 de outubro de 2022, versão final aceita em 9 de julho de 2023, publicado em 15 de março de 2024.

RESUMO:

Nas últimas décadas, o agravamento da crise climática global tem constituído novos desafios às ciências ambientais e sociais, especialmente na mobilização de abordagens teórico-metodológicas capazes de explicar a complexidade socioecológica do problema. O presente estudo compreende um esforço nesse sentido, orientado pelo seguinte questionamento: “Como as emergências climáticas afetam o ordenamento social e político na modernidade em tempos de emergência climática ou da sociedade de risco global?”. O objetivo é explicar como as novas questões socioecológicas têm impactado as disputas em torno da reforma agrária no país. Com este propósito, realizou-se um estudo de caso no assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto /SP, cuja justificativa é fundamentada na defesa do meio ambiente, em especial na proteção das águas do Aquífero Guarani. Além disso, foram adotados como pressupostos teóricos a sociologia das justificações e a sociologia das metamorfoses. Para composição dos corpos de dados, foram realizadas 16 entrevistas no modelo relato de vida, com atores envolvidos na valoração socioecológica do assentamento, assim como o acompanhamento de disputas em arenas públicas locais. Também foram analisadas as estratégias para a produção de provas de veracidade que proporcionam embasamento aos discursos justificativos da opção ecológica mobilizados pelo MST. Conclui-se que os princípios socioecológicos têm se consolidado como uma nova funcionalidade da agricultura, representando uma força social e política significativa em disputas em torno da reforma agrária, considerando em particular o caso do estado de São Paulo.

Palavras-chave: emergência climática; sociedade de risco global; justiça socioambiental; reforma agrária; agricultura sustentável.

ABSTRACT: In the last few decades, the worsening of the global climate crisis has constituted new challenges for environmental and social sciences, especially in the mobilization of theoretical-methodological approaches capable of explaining the socioecological complexity of the problem. The current study comprises an effort in this sense, guided by the following question: “How do climate emergencies affect the social and political order in modernity in times of climate emergency or global risk society?”. The objective is to explain how the new socioecological issues have impacted the disputes around the Agrarian Reform in the country. For this purpose, a case study was carried out in the Mário Lago settlement, Ribeirão Preto/SP, whose justification is based on defense of the environment, especially on protecting the waters of the Guarani Aquifer. In addition to that, the sociology of justifications and the sociology of metamorphoses were adopted as theoretical assumptions. For composition of the data corpuses, 16 interviews were carried out in the life report model, with actors involved in the socioecological valuation of the settlement, as well as the monitoring of disputes in local public arenas. The strategies for the production of diverse veracity evidence that provides the basis for the discourses justifying the ecological option mobilized by the MST were also analyzed. It is concluded that the socioecological principles have been consolidated as a new functionality of Agriculture, representing a significant social and political force in disputes around the Agrarian Reform, considering the case of the state of São Paulo in particular.

Keywords: climate emergencies; global risk society; socioenvironmental justice; agrarian reform; sustainable agriculture.

1. Introdução

Nas últimas décadas, as mudanças climáticas têm se manifestado de maneira cada vez mais intensa, com ocorrências de ondas de calor, enchentes, secas, aumento do nível do mar e acidificação dos oceanos. Tais fenômenos estão intimamente relacionados às atividades antropogênicas, que são responsáveis pelos altos índices de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs) – incluindo indústria, energia, agricultura e mudanças no uso e ocupação do solo e floresta, por exemplo - o que compromete o equilíbrio climático global (Angelo & Rittl, 2019). Além disso, a nova crise global não é simplesmente resultado dos fenômenos climáticos extremos, mas também do reconhecimento social dos riscos associados às atividades humanas (Beck, 2018). Em outras palavras, a crítica é dirigida ao modelo de modernidade pautado no crescimento feroz e

ilimitado, mas que depende de recursos finitos e de um sistema ecológico sensível às mudanças. Os riscos gerados, não intencionalmente, pelo sucesso da proposta industrial capitalista começam a habitar de forma cada vez mais abrangente o cotidiano das sociedades modernas, independentemente de sua posição geográfica, seja nas periferias ou no centro do capitalismo, configurando assim a *sociedade de risco global* (Ibidem).

Diante das contradições, os capitalistas somam esforços para influenciar os diferentes setores tecnocientíficos, a fim de produzir soluções com bases tecnológicas e mercantis. A agricultura moderna, uma das principais responsáveis pelas alterações climáticas (Angelo & Rittl, 2019), busca formas de adaptação pelo desenvolvimento de ferramentas que permitam prever os impactos das mudanças climáticas nos sistemas agroindustriais (Zullo & Koga-Vicente, 2016), por exemplo. Desde os anos

1980, é possível notar, mesmo na América Latina, um notório crescimento de investimentos do setor privado para o financiamento de pesquisas dessa natureza (Ibidem). Seguindo os termos de Beck (2018, p. 85), tais propostas são fundamentadas no “novo otimismo determinista tecnológico, moldado por uma saudável ignorância do impossível”. Ou seja, é “a fé no progresso” a ilusão de acreditar “na potencial capacidade dos seres humanos e de suas instituições para resolver os problemas da existência com crescente precisão e eficiência” (Idem).

O presente estudo se propõe a percorrer um caminho diferente. Não se trata apenas de explicar os efeitos da ação humana no meio ambiente ou propor soluções com bases tecnológicas. A primeira questão aqui é indagar “como a problemática ecológica possibilita transformações sociais?”.

“O que podemos fazer contra a mudança climática?” Esta é uma questão convencional formulada por cientistas, políticos e ativistas ambientais em busca de soluções para o problema, ainda que isso se mostre decepcionante. Em contraposição, a segunda formulação (fundamentada na metamorfose) propõe a questão sociológica e analítica: “o que a mudança climática faz para nós, e como ela altera a ordem da sociedade e a política?” (Ibidem, p. 55).

De acordo com Pierre Muller (2018), para lidar com os males provocados nas sociedades modernas, como desemprego, violência e destruição ambiental, foram criados novos setores dedicados à fiscalização, regulação e resolução das questões. Esse fenômeno caracteriza o surgimento das *sociedades autocentradas* (Ibidem). Para Beck (2018), as forças criativas capazes de apresentar novos horizontes normativos diante dos males ou efeitos colaterais do desenvolvimentismo não estão apenas na reparação

de catástrofes já ocorridas, mas sim na confrontação dos *riscos* de futuras catástrofes. Nesse contexto, na sociedade de risco global, os conflitos sociais não se originam apenas da distribuição desigual dos bens ou meios de produção, mas sim da distribuição desigual dos bens e malefícios, ou seja, dos riscos associados às ações antropogênicas (Idem, 2018). Isso representa a metamorfose da luta de classes para a luta de classes de risco (Ibidem). Portanto, a denominação “sociedade de risco” e não “sociedade das catástrofes” (Ibidem).

Em tempos de emergência climática global, não é mais possível interpretar os conflitos sociais apenas sob a perspectiva da luta de classes sem riscos. O último relatório do IPCC de 2021, que pela primeira vez na história estabeleceu relações entre variáveis socioeconômicas e mudança climática, apresentou dados que contribuem para este argumento. O relatório apontou que os 10% mais ricos da população mundial são responsáveis por 49% das emissões de GEEs, enquanto os 50% mais pobres da população mundial são responsáveis por apenas 10% das emissões de GEEs. Além disso, os 50% mais pobres representam as comunidades mais vulneráveis e expostas aos riscos das mudanças climáticas.

A mudança climática representa uma força de transformação social significativa em nosso tempo, questionando o futuro do atual modelo capitalista. Nesse sentido, o *choque antropológico* ocasionado pela confrontação dos riscos climáticos globais inaugura o processo de “catastrofismo emancipatório”. Ou seja, antigas verdades já não sustentáveis diante das probabilidades de catástrofes globais. Ademais, perspectivas e significados antes ocultos são revelados, gerando novos horizontes normativos diante dos riscos de catástrofes (Beck, 2018). Isso

implica em uma *reavaliação dos valores e na* emergência de novas concepções morais em resposta às novas crises e contradições.

Portanto, a problemática ecológica apresenta um potencial de metamorfose, algo nunca antes visto ou pensado e que não pode ser contornado ou ignorado (Ibidem). Em outras palavras, não se trata de mudanças ou mesmo revoluções que questionam apenas a desigualdade na distribuição de bens e direitos – socialismo e feminismo, por exemplo – ou críticas que podem ser incorporadas em modelos capitalistas mais domesticados com medidas de bem-estar social. A crise climática representa a decadência de antigas verdades, o questionamento da metodologia dos Estado-nações e a ascensão da metodologia Cosmopolita. Ou seja, é um tempo em que a “declaração de independência tem de ser metamorfoseada na Declaração de Interdependência: cooperar ou morrer!” (Beck, 2018, p. 57)

De acordo com Muller (2018), as políticas públicas são construções sociais, politicamente disputadas, determinantes para a orientação e gestão dos diversos setores. Os referenciais cognitivos que estruturam as políticas públicas são, por sua vez, a percepção do mundo acerca de uma determinada situação.

Elaborar uma política pública significa, primeiramente, construir uma representação, uma imagem da realidade sobre a qual se quer intervir. Em referência a essa imagem cognitiva os atores organizam sua percepção do problema, confrontam suas soluções e definem suas propostas de ação. Essa visão de mundo é o referencial de uma política (Ibidem, p. 54).

Nesse contexto, considerando a influência dos riscos climáticos em sociedades de risco

global, a preocupação com o mundo natural ganha espaço no ordenamento político e social. Isso não somente na produção de novos referenciais, mas também possibilitando a reinterpretação de antigas políticas e normas. Os referenciais que constituem as políticas públicas podem ser tratados através de quatro níveis de percepção do mundo:

- a) Os valores, que representam “o que é desejável e o que deve ser rejeitado”;
- b) As normas, que “definem as diferenças entre a realidade percebida e a realidade desejada”;
- c) Os algoritmos, que “são relações causais que expressam uma teoria da ação. Eles podem ser anunciados sob a forma ‘se...então’: ‘se o governo reduzir os impostos das empresas, então elas serão mais competitivas’, por exemplo”;
- e
- d) As imagens, que “são atalhos cognitivos que fazem sentido imediatamente: ‘o jovem agricultor dinâmico e moderno’, ‘o presidente que visita uma escola ou hospital’, ‘tropas americanas tombando a estátua do ditador’, por exemplo” (Ibidem, p. 56). Esses referenciais setoriais estão intimamente relacionados com os *referenciais globais*, como os anseios por uma modernidade mais sustentável, por exemplo.

Além disso, num contexto de crescimento das redes de interdependência e espaços pacificados (Elias, 1994), adquirindo proporções globais na atualidade, a luta de classes de risco ocorre em termos de legitimidade das ações. Ou seja, na disputa dos referenciais que orientam as políticas públicas e constituem as fronteiras dos diferentes setores. Assim, o estudo de conflitos argumentativos em torno das políticas públicas é extremamente relevante. É importante analisar as formas de fundamentação,

legitimação e disputa dos referenciais. Nesse sentido, a sociologia das justificações se apresenta como uma abordagem teórico-metodológica pertinente para a análise de conflitos discursivos em situações pacificadas (Boltanski & Thévenot, 2006), onde as palavras têm mais peso do que a espada (Elias, 1994).

Esta abordagem consiste em analisar a capacidade dos atores sociais de se abstrair das causas pessoais ou particulares e mobilizarem críticas e justificativas baseadas em generalizações que, por sua vez, estão fundamentadas em diferentes concepções comuns de justiça (Boltanski & Thévenot, 2006). Dessa forma, a legitimidade de uma justificação, assim como a orientação para o engajamento em determinada ação, é condicionada pela sua abrangência em relação aos interesses de um coletivo diante de uma determinada situação (Ibidem).

Cenários com o imperativo de justificação são criados quando a crítica é operada com o propósito de confrontar ações ou posicionamentos, individuais ou coletivos, que se desviam de uma determinada estrutura moral (Werneck, 2012). A fim de defender sua legitimidade, os atores sociais confrontados devem, então, produzir justificações com base em princípios de bem-comum. Trata-se da instauração de *regimes de justificação* ou *regimes de justiça* (Ibidem). De acordo com Boltanski (2012), os regimes de engajamento são como gramáticas do mundo social, situações e contextos que compreendem e demandam determinada ordem de ação.

Ao considerar particularmente o *regime de justiça*, a crítica e justificação devem ser interpretadas como dispositivos morais dos quais todos os membros de uma sociedade recorrem para valorar

ou questionar determinadas ações. Assim, a crítica é empregada com o propósito de defender determinada concepção moral comum que, por sua vez, deve ser coerente com os sentidos *moral* e de *naturalidade* vigentes em determinado período histórico e contexto político/cultural duma sociedade (Boltanski & Thévenot, 2006).

É importante ressaltar que, para sociologia das justificações, não se trata de uma estrutura moral universal, como frequentemente definida pela filosofia política, nem de uma pluralidade infinita de referências comuns, o que tornaria extremamente difícil produzir explicações sobre a ordem social sem recorrer a explicações pautadas em relações de poder e dominação (Ibidem). Na realidade, trata-se de uma pluralidade limitada de referências comuns de justiça, pois os princípios de equivalência comum devem ser compreendidos a partir das diferentes situações e não a partir dos diferentes grupos nas sociedades em estado de modernidade. Assim, “os diferentes princípios de equivalência são formalmente incompatíveis uns com os outros, pois cada um deles é reconhecido na situação ao qual a validade é estabelecida como universal” (Idem, 1999, p. 362). É nesse sentido que se constitui o senso *moral* e de *naturalidade*, ou seja, os atores sociais devem estar conscientes das diferentes concepções de justiça que compõem a realidade social e interpretar as situações de forma coerente com sua natureza (Ibidem). Indivíduos que não possuam esses dois sentidos serão, de alguma forma, invalidados pelos demais membros da sociedade (Ibidem).

As diferentes ordens de justiça que compõem o *senso moral* são denominadas *cités*¹. Ao abordar especificamente a sociedade moderna, Boltanski e

¹ A palavra *citê* pode ser traduzida para o português como *cidade*. Faz alusão às *polis*, antigas cidades gregas onde a filosofia ocidental e a discussão da moral foram primordialmente fomentadas.

Thévenot (2006) conseguiram identificar algumas das principais *cités* que moldam a realidade social na contemporaneidade. Para isso, analisaram três diferentes corpos de dados: em primeiro lugar,

- a) argumentos coletados através de situações com o imperativo de justificação; em segundo lugar,
- b) obras de filosofia política coerentes aos princípios de bem-comum, capazes de sistematizar determinado princípio de justiça; por fim,
- c) manuais de boas condutas em espaços sociais, obras que buscam condicionar o autocontrole dos indivíduos com base nos princípios de uma determinada *cité*. A Tabela 1 apresenta de forma organizada as *cités*.

É importante destacar que as *cités* identificadas não são necessariamente as únicas existentes nas sociedades modernas. Afinal, elas nascem e se estruturam de acordo com o processo histórico e podem ser identificadas em diferentes situações. Um exemplo disso é a *cité ecológica*, que abordaremos mais adiante.

Além disso, em “O novo espírito do capitalismo”, Boltanski e Chiapello (2020) utilizam a teoria da sociologia das justificações para explicar como o capitalismo pode ser compreendido em diferentes etapas históricas. Em outras palavras, períodos nos quais é necessário incorporar determinadas críticas fundamentadas em princípios de justiça, garantindo

TABELA 1 – Cités das sociedades em situação de modernidade.

	Cité					
	Inspirada	Doméstica	Cívica	Da opinião	Mercantil	Industrial
Obra inspirada	A cidade de Deus, de Santo Agostinho	A política tirada da sagrada escritura, de Boussuet	O contrato social, de Rousseau	Leviatã, de Hobbes	A riqueza das nações, de Adam Smith	A obra de Saint-Simon
Modo de avaliação (grandeza)	Graça, não conformidade, criatividade	Estima, reputação	Interesse coletivo	Renome	Preço	Produtividade, eficiência
Formato da informação relevante	Emocional	Oral, exemplar, anedótica	Formal, oficial	Semiótica	Monetária	Mensurável: critérios, estatísticas
Relação elementar	Paixão	Confiança	Solidariedade	Reconhecimento	Trocas	Ligações funcionais
Qualificação humana	Criatividade, ingenuidade	Autoridade	Igualdade	Celebridade	Desejo, poder de compra	Competência profissional, expertise

TRADUÇÃO: Werneck (2012)
FONTE: Boltanski & Thévenot (1999).

assim a manutenção da ideologia capitalista. Por outro lado, essas críticas também funcionam como contenções da ferocidade do capitalismo, viabilizando leis trabalhistas e práticas de inclusão social, por exemplo.

Ainda, a ideologia capitalista buscou novas alternativas com potencial de legitimar o engajamento no capitalismo. Surgiu, então, uma nova *ideologia que justifica o engajamento no capitalismo*, denominada *cit   por projetos*. Essa concep  o de justiça se baseia nos princípios de *atividade, projetos, amplia  o da rede e prolifera  o de elos* (Ibidem). Na sociologia das metamorfoses, poderia ser descrito como o “novo otimismo determinista tecnológico” (Beck, 2018). Em outras palavras, uma concep  o pautada no desenvolvimento tecnológico e na valoriza  o daqueles capazes de participar da rede.

Por outro lado, o atual cenário de crise climática global também suscita a emergência de uma *cit  * pautada na defesa do meio ambiente. Para investigar essa nova concep  o de justiça, Lamont & Thévenot (2000) realizaram dois estudos comparativos, analisando conflitos socioambientais nos Estados Unidos e França. Essas situa  es envolvem atores que utilizam discursos argumentativos centrados na op  o ecol  gica² – como a preserva  o da biodiversidade, prote  o das futuras gera  es, o contato com a natureza, entre outros. Esses trabalhos evidenciaram o surgimento de uma nova ordem de grandeza, denominada *cit   ecológica* ou *cit   verde* (Ibidem).

Além das *cit  s*, ideias e concep  es metaf  sicas, a sociologia das justifica  es trata dos *mundos de justiça*, ou seja, espaços habitados por coisas e seres correspondentes às *cit  s* (Werneck, 2012). Em outras palavras, os “mundos de justiça” são

constituídos pelos princípios de grandeza e suas provas de veracidade, coisas capazes de intermediar os discursos com a realidade.    também através dessas provas que os atores são orientados na realidade social, compreendendo assim a natureza das diversas situa  es (Ibidem). Além disso, por se tratar de coisas intermediadoras dos princípios de grandeza, as *provas* podem apresentar coerência em determinados argumentos e incoerência em outros. Por exemplo, qual seria a relevância do aumento do PIB ou de uma safra recorde de soja para as questões ambientais?

Na sociedade de risco global o mundo da justiça ecológica adquire relevância social e política para fazer frente aos outros mundos. No caso brasileiro, a *preserva  o do meio ambiente*, um dos três princípios constitucionais da fun  o social da terra, ganhou mais destaque em um contexto de emergência climática global. A situa  o não se limita mais aos interesses locais e regionais, mas sim aos anseios globais por uma humanidade mais sustentável. Assim, críticas e justifica  es fundamentadas na *preserva  o do meio ambiente* têm fornecido maior sustent  o jurídica e social aos argumentos de ordem ecológica, especialmente afetando as bases de legitima  o da *agricultura antiecológica* ou dos modelos de produ  o pautados no latifúndio e na aplica  o de tecnologias prejudiciais ao meio ambiente e    saúde. Em outros termos, a moral ecológica apresenta caminhos para a deslegitima  o das práticas promovidas pelo *patriciado moderno* (Ribeiro, 2017) ou agronegócio, possibilitando o avanço de uma agenda agroecológica nos setores fundiário e agrícola.

² Importante ressaltar que não se trata de conflito socioambiental ou ecológico se não existem grupos com argumentos que reivindicam a defesa do meio ambiente.

Para responder à questão: como a emergência climática global afeta as disputas pela política de reforma agrária? Realizamos um estudo de caso sobre os conflitos socioecológicos em torno do assentamento Mário Lago, localizado em áreas de afloramento do Aquífero Guarani no município de Ribeirão Preto/SP. Neste caso, as reivindicações promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) obtiveram apoio social e suporte jurídico para a conservação, habitação e produção agrícola através de alternativas agroecológicas na então Fazenda da Barra. Constatamos que a emergência de valores associados às urgências climáticas elevou aspectos socioecológicos até então marginalizados nas questões locais, favorecendo argumentos de desapropriação da fazenda para fins de reforma agrária. Trata-se de um caso que fornece suporte à tese da *metamorfose* (Beck, 2018), da transição dos conflitos sociais para conflitos socioecológicos, da luta de classes à luta de classe de risco no campo.

2. Metodologia

Entre os dias 03 e 28 de abril de 2022, foram realizadas dezesseis entrevistas com base no modelo *relato de vida* (Alberti, 2013). Dos 16 interlocutores, com exceção do ex-promotor de justiça, todos habitam e/ou atuam em projetos agroflorestais no assentamento Mário Lago: doze são assentados há mais de 5 anos; dois estão acampados no assentamento há mais de 5 anos – não possuem lotes agrícolas, mas foram acolhidos pela organização local do MST e alocados para áreas disponíveis; um atua como técnico de agrofloresta em projetos no assentamento Mário Lago desde 2018; e um

ex-promotor de justiça que esteve diretamente envolvido no processo de desapropriação da então Fazenda da Barra.

Também foi observada a participação, em muitos casos, desses mesmos interlocutores em discussões nas diferentes arenas políticas locais – reuniões de conselhos municipais e audiências públicas com foco no assentamento Mário Lago. Estabelecemos um recorte temporal de 2003 (período em que se iniciam as reivindicações do MST no município) a 2022. De março de 2021 a dezembro de 2023, foi realizada uma extensa revisão bibliográfica de estudos científicos e análise de documentos oficiais que tratam do caso da qualbertiestão socioambiental na região de Ribeirão Preto.

3. De conflitos sociais a conflitos socioecológicos

O presente estudo de caso trata do assentamento Mário Lago, coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e localizado em Ribeirão Preto/SP. A escolha do objeto de estudo se justifica pelas características socioeconômicas e ambientais que predominam na região, constituindo um cenário favorável às práticas antiecológicas e, paradoxalmente, também à valoração de propostas socioecológicas em respostas aos riscos climáticos. Nesse sentido, o MST, junto ao Incra e Ministério Público (MP), foram capazes de legitimar a reforma agrária no município como uma resposta aos riscos ambientais gerados pelo setor sucroalcooleiro. O que constitui um caso evidente de conflito socioecológico e, portanto, um cenário dos mais interessantes para o estudo da *metamorfose do campo*. Com isso, faz-se necessário algumas considerações sobre

os processos socioeconômicos e ambientais que constituíram esse cenário favorável à metamorfose da realidade social.

Durante a década de 1960, um período de reorganização do *patriciado* (latifundiários) sob um regime militar repressivo (Ribeiro, 2015), o país passou por um processo intenso de concentração de terras, resultando no maior êxodo rural de sua história. Em menos de duas décadas, a população majoritariamente rural tornou-se majoritariamente urbana, migrando para as grandes cidades em busca de empregos na indústria (Cubas, 2017). Esse fenômeno foi particularmente intenso no estado de São Paulo, que se tornou destino de grande parte da massa migratória (Ibidem).

Esse processo de urbanização e concentração de terras foi viabilizado pela incorporação de novos pacotes tecnológicos na agricultura, bem pelo subsídio e favorecimento político incondicional do governo federal à agricultura patronal e intensiva (Ibidem). Em outras palavras, representou uma nova oportunidade para a expansão dos latifúndios e supressão irrestrita da vegetação natural existente na época. Chamaremos este processo, caracterizado pelo esvaziamento do campo e a intensa destruição ambiental, de *silenciamento do campo*³.

É importante salientar que, nos anos 1960, a emergência climática ainda não era uma pauta consolidada ou tratada com seriedade na política internacional, especialmente no setor agrícola. Pelo contrário, o período foi marcado pelos esforços nacionais e internacionais para impulsionar a modernização da agricultura intensiva, fundamentados

pela crença de que a humanidade havia finalmente superado os limites de crescimento impostos pela natureza (Moruzzi Marques & Gebrim Doria, 2021). Nessa época, o município de Ribeirão Preto foi extremamente beneficiado pela política de incentivo à produção de fontes alternativas de energia, como o PROÁLCOOL, programa que perdurou até os anos 2000, sendo posteriormente substituído por outras fontes de subsídio do poder público.

Ribeirão Preto é hoje um dos maiores centros urbanos do estado de São Paulo, com grande parte de sua economia centrada nas atividades comerciais do setor sucroalcooleiro (IBGE, 2010). Entre 1962 e 2000, esse setor passou por uma intensa expansão, impulsionada pela incorporação de novos pacotes tecnológicos e investimentos públicos (Cubas, 2017), o que resultou na destruição de 6.703,42 hectares (67,0342 Km²) da vegetação natural do município, correspondendo a uma redução de 70,09% da vegetação existente à época (Henriques, 2003). Nos anos 2000, a cana-de-açúcar já ocupava 59,75% do território total de Ribeirão Preto (figura 1), com a zona rural quase que inteiramente ocupada por grandes engenhos agroindustriais de cana-de-açúcar (Ibidem). Essa expansão ocorreu principalmente na zona leste, resultando na derrubada de florestas de formação Cerradão localizadas em áreas de afloramento do Aquífero Guarani (Ibidem). As figuras 2 e 3 apresentam as áreas suprimidas nesse período e o atual macrozoneamento ambiental do município, que é um esforço para proteger, em especial, as áreas de afloramento do Aquífero.

³ Termo que faz referência ao texto “Uma Fábula para o Amanhã”, onde Rachel Carson (2010) conta a história de uma pequena cidadezinha no interior dos Estados Unidos, turística pelas suas belezas naturais, mas que se tornou perigosa e eventualmente sem vida devido à chegada do pacote tecnológico da Revolução Verde, em especial os agrotóxicos. Apesar de ser a história de uma cidade fictícia, representa a realidade de muitas comunidades até hoje.

Além disso, os engenhos agroindustriais de cana-de-açúcar, responsáveis pelo *silenciamento do campo* na região entre 1960 e os anos 2000, estão intimamente integrados ao mercado internacional (Cubas, 2017). Isso significa que os diversos atores econômicos têm interesse na defesa desses latifúndios. Adicionalmente, o setor sucroalcooleiro mantém estreitas relações com a política em nível nacional, contando com grandes representações da sociedade civil que, por sua vez, por meio de lobby político, apresentam suas demandas ao Instituto Pensar Agro e à Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA), encarregados de redigir e aprovar propostas

de leis no Congresso Nacional favoráveis ao agro-negócio (Ibidem).

Entre os anos 1990 e 2000, o MST passou por um processo de discussão e reformulação do modelo de produção agrícola, abandonando a forma de Cooperativas Agropecuárias, extremamente dependentes de ferramentas e insumos originários da Revolução Verde – sementes transgênicas, adubos químicos e agrotóxicos – e transitando oficialmente para as práticas agroecológicas (Borsato & Carmo, 2013). A produção de alimentos orgânicos e a defesa do meio ambiente tornaram-se pautas centrais do movimento (Ibidem). Assim, os conflitos sociais no campo, que tradicionalmente foram pautados

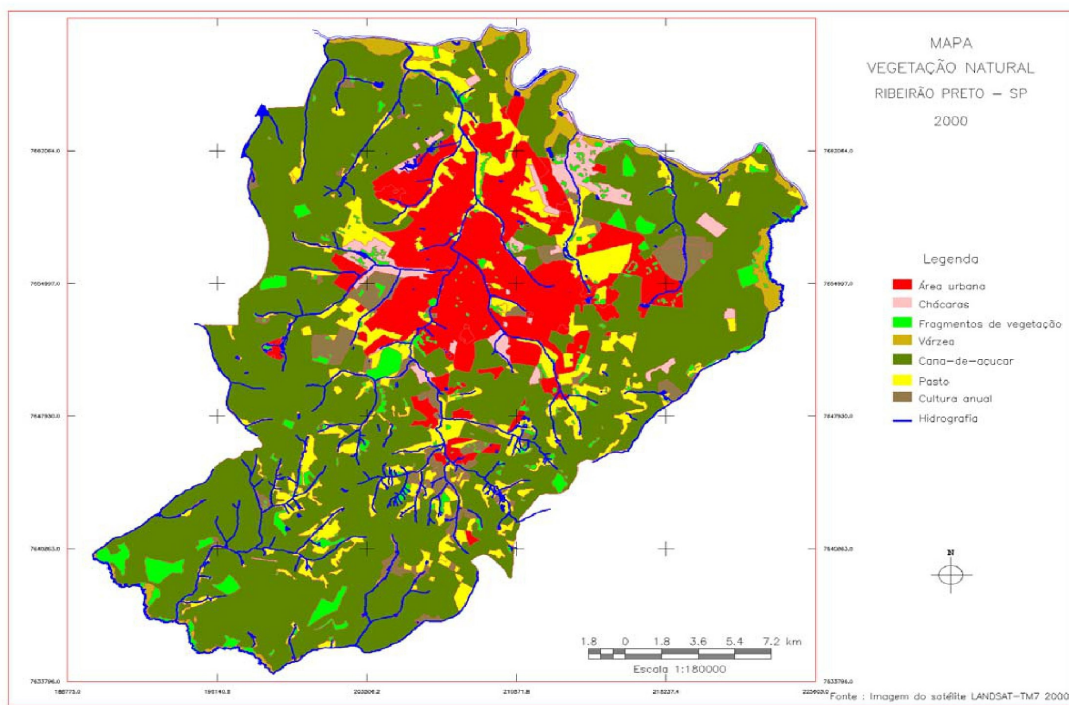


FIGURA 1 – Mapa do Município de Ribeirão Preto/SP de 2000, indicando o uso e ocupação do solo. Destacam-se as áreas ocupadas pela cana-de-açúcar (verde escuro) e a mancha urbana (vermelho).

FONTE: Henriques (2003).

apenas em questões produtivas e sociais, passaram a significar também disputas socioecológicas. Desde então, os latifúndios têm sido confrontados com o contraponto agroecológico dos movimentos sociais do campo, especialmente do MST.

Durante esse período, as instituições ambientais do país, inicialmente criadas como forma de comprometimento nacional com a mitigação dos riscos climáticos globais, reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) pela primeira vez na Conferência de Estocolmo em 1972, alcançaram algum grau de maturidade. Esse avanço foi possibilidade, em grande parte, pelas novas oportunidades de participação da sociedade civil após o fim da ditadura militar e o estabelecimento da Constituição de

1988 (Ferreira & Tavoraro, 2008). Nesse contexto, é evidente que a crise climática global influenciou o ordenamento social e político do Brasil. Não por acaso, o princípio de *preservação do meio ambiente*, até então ignorado ou negligenciado, ganhou novos desdobramentos em disputas relacionadas aos setores da agricultura e fundiário. Conforme o Brasil se integrou à *sociedade de risco global*, as questões ecológicas passaram a ocupar um espaço maior e adquiriram uma importância crescente, assim como as argumentações fundamentadas em princípios de *grandeza ecológica* passaram a fazer parte das estratégias argumentativas em disputas sociais e jurídicas.

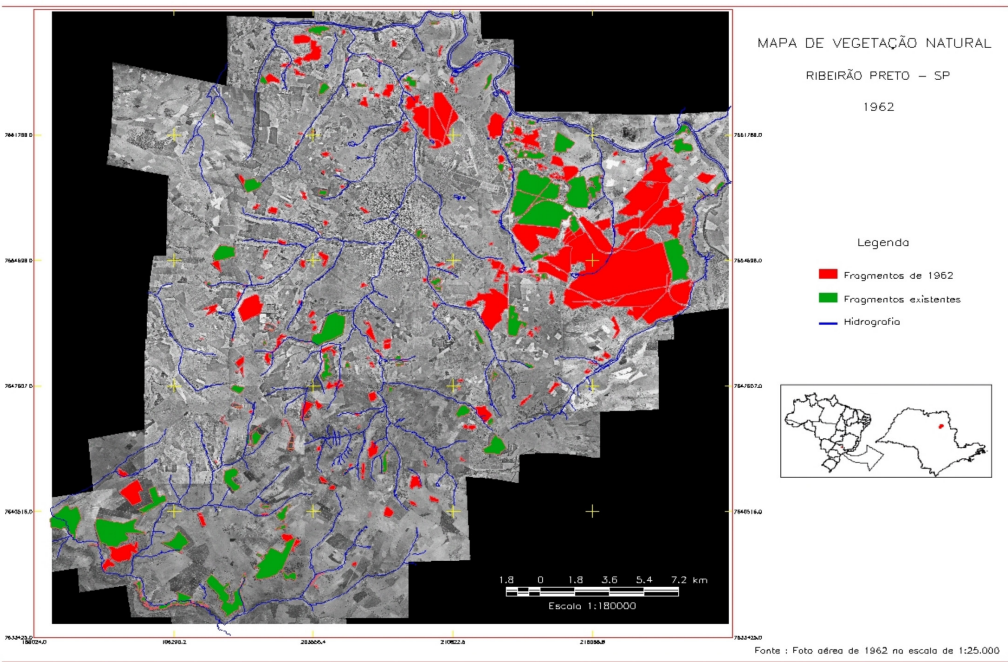


FIGURA 2 – Mosaico fotográfico do município de Ribeirão Preto/SP, mostrando a vegetação natural existente em 1962. Em verde, estão indicados os fragmentos que, total ou parcialmente, ainda existem e em vermelho as áreas que foram desmatadas.

FONTE: Henriques (2003).

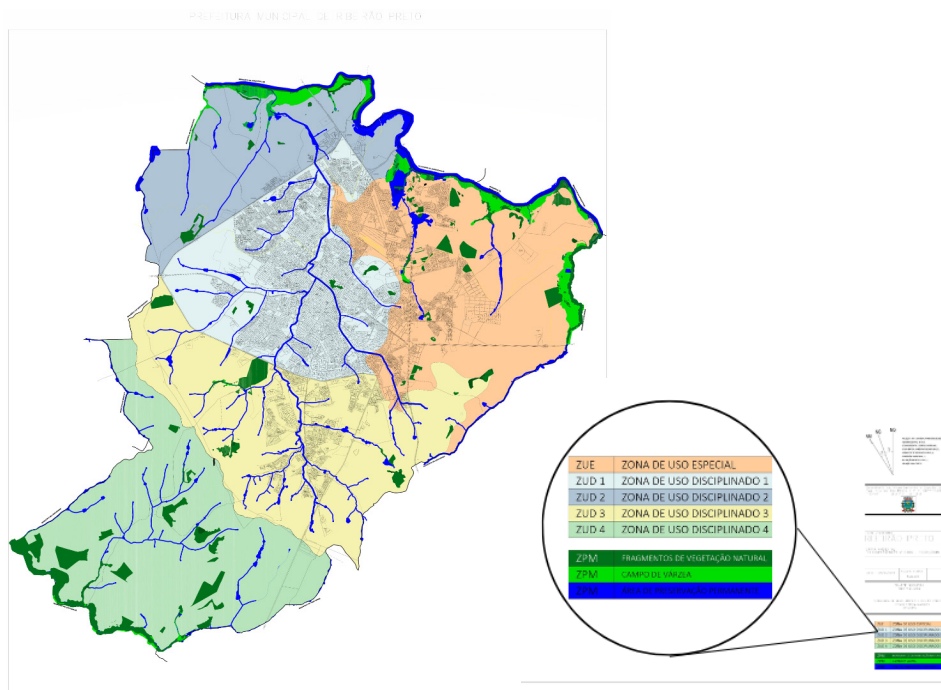


FIGURA 3 – Carta Ambiental de Ribeirão Preto/SP (2018). Com destaque nas áreas da zona de uso especial (ZUE) para proteção do Aquífero.
FONTE: Ribeirão Preto (2018).

4. A luta pela reforma agrária em defesa do meio ambiente

Nos anos 1990, com a criação do Ministério Público do Meio-Ambiente e Conflitos Fundiários de Ribeirão Preto, atua-se principalmente no enfrentamento das queimadas da palha de cana-de-açúcar, exploração do trabalho infantil e da mulher, assim como no combate às condições insalubres no transporte dos trabalhadores (Goulart, 1998). A estratégia de atuação adotada pelo Ministério Público baseou-se em três pilares de sustentação jurídica e social, que foram fundamentais para o sucesso de suas ações:

1º) Mobilização de estudos científicos para fundamentar as críticas e acusações apresentadas. Ou seja, buscou-se embasar as argumentações com *provas verificáveis e coerentes*;

2º) Realização de trabalhos de conscientização e discussão dos problemas junto às comunidades afetadas. Essa etapa foi essencial para evitar conflitos entre o MP e os grupos vulneráveis. Em certos casos, como a proibição do trabalho infantil, a conscientização era particularmente relevante, considerando que algumas medidas impopulares requeriam entendimento e apoio da comunidade;

3º) Divulgação das denúncias e discussão dos problemas por meio de palestras, rádios, jornais e outras plataformas da imprensa.

Esses três pilares expressam de forma perceptível a dinâmica de um *regime de justificação* adotado pelo MP de Ribeirão Preto, caracterizando até mesmo uma metodologia de atuação (Idem, 2013). Na época, a atuação do órgão produziu resultados significativos na adequação dos meios de transporte para os trabalhadores, diminuição do trabalho infantil e mecanização na colheita da cana-de-açúcar, o que contribuiu para a redução de incidentes de queimadas. Entretanto, é importante ressaltar que essas conquistas não representaram a resolução efetiva dos conflitos sociais e ecológicos na região. Nas palavras do então promotor de justiça (PJ):

PJ: *Fomos vitoriosos na questão da cana, nessas questões que nós atuamos, pontuais, mas a gente tá dourando a pílula. Se a gente acaba com a queima, eles adotam a mecanização, a mecanização gera outro tipo de degradação ambiental que é a compactação do solo. A gente garante melhores condições para o trabalhador, mas ele vai ficar desempregado com a mecanização. Nós retiramos a criança e o adolescente, mas a exploração do trabalho do homem e da mulher [...] Então o que a gente tá fazendo, estamos deixando o que é ruim mais bonitinho. Porque a gente não tá indo na questão fundamental. Porque o padrão de produção agrícola baseado na monocultura, na concentração da terra e, evidentemente, na exploração do trabalho é na sua natureza, porque não tem como ser diferente, socialmente insustentável e ambientalmente insustentável [...] Então, onde a gente precisa ir é na raiz do problema, que é o padrão de produção agrícola. A gente tem que pensar na luta pela reforma agrária* (entrevista com o promotor de justiça realizada em 15 de abril de 2022).

Em 1999, o MST chegou a Ribeirão Preto, estabelecendo alianças com sindicatos, representantes da Igreja Católica e ONGs ambientalistas locais (Iha, 2017). Essa aproximação ocorreu por meio de eventos organizados pela Arquidiocese de Ribeirão Preto, onde foram iniciados os diálogos entre o Ministério Público do Meio Ambiente e Conflitos Fundiários e o MST. A partir dessas conversas, surgiram discussões em torno de propostas para uma reforma agrária que levasse em conta também a preservação ambiental, como alternativa ao modelo de latifúndio moderno.

No ano seguinte, uma propriedade na zona leste do município, denominada Fazenda da Barra, que já possuía um longo histórico de infrações ambientais, voltou a ser alvo de inquéritos devido a suspeitas de práticas irregulares. A investigação foi liderada pelo Ministério Público do Meio Ambiente e Conflitos Fundiários de Ribeirão Preto em conjunto com órgãos como o Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais (DPRN), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Departamento de Água e Energia Elétrica (DAEE).

Os laudos resultantes dessa investigação apontaram diversas irregularidades dessa propriedade, que se encontrava parcialmente abandonada e com indícios de improdutividade. Além disso, constaram-se graves problemas ambientais, como supressão não autorizada de vegetação natural e riscos de contaminação dos corpos d'água, em especial o Aquífero Guarani. Os relatórios revelaram altos riscos de contaminação das águas subterrâneas e estimaram um passivo ambiental superior a sete bilhões de reais (Aguiar, 2011; Freitas, 2018). Na Figura 4, é possível observar a extensão das áreas desmatadas na Fazenda da Barra.



FIGURA 4 – Fazenda da Barra antes e depois da degradação. Foto à esquerda indica a Fazenda da Barra em 1984 com áreas preservadas (300 ha) e à direita com perda da cobertura vegetal no ano 2000.

FONTE: Hashimoto Iha (2017).

Com o resultado das investigações, o Ministério Público, juntamente com o Incra, entrou com um pedido de desapropriação para fins de reforma agrária da então Fazenda da Barra. A principal argumentação consistiu no não cumprimento do princípio de *preservação do meio ambiente*, caracterizando a propriedade como irregular nos preceitos constitucionais. Em 2003, o MST iniciou protestos e ocupações para pressionar o poder público a desapropriar a fazenda (Aguiar, 2011). As bandeiras levantadas nesse movimento eram a defesa do Aquífero Guarani e a oposição a práticas antiecológicas, como sementes transgênicas e agrotóxicos (O Estado de São Paulo, 13 de setembro de 2003). Em dezembro de 2004, o decreto desapropriatório da Fazenda da Barra foi assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No entanto, o processo ficou em tramitação na justiça entre 2004 e 2008, período descrito como época de pré-assentamento.

Durante esse período, surgem dissidências entre as famílias acampadas que estavam prestes a

adquirir seu pedaço de terra. Essas famílias começaram a questionar a organização política (normas ou regras) do MST, especialmente a obrigatoriedade de participar de reuniões e vigílias. Algumas famílias deixaram o MST e se uniram ao Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), formando o acampamento Santos Dias. Pouco tempo depois, o acampamento Santos Dias também apresentou dissidências, resultando na formação de dois novos acampamentos bandeira branca⁴, Índio Galdino (44 famílias) e Luíza Marri (59 famílias). Atualmente, o assentamento Santos Dias possui 154 famílias e o assentamento Mário Lago 264 famílias (Ibidem).

Vale ressaltar que as famílias que migraram para o MLST ou para acampamentos bandeira branca eram majoritariamente compostas por grupos de origem urbana, o que gerou algumas dificuldades na adaptação ao modo de vida no assentamento e nas propostas do MST (Borelli Filho, 2009).

Somente no final de 2008, a justiça finalmente autorizou o Incra a iniciar suas atividades no

⁴ Não são coordenados por nenhum movimento social.

assentamento. Buscando atender a proposta de um assentamento ambientalmente correto, foi firmado o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre o Incra, o MP e as famílias assentadas. Esse acordo estabeleceu o compromisso de restauração das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e a determinação de que 35% da área total fosse destinada à Reserva Legal (RL), sendo 15% para uso coletivo. O assentamento, que abrigava diferentes correntes políticas em uma mesma área, foi enquadrado na categoria Projeto de Desenvolvimento Sustentável, ficando conhecido como o PDS da Barra (Gonçalves & Scopinho, 2010). A Figura 5 apresenta a planta do assentamento em 2016, já com algumas experiências de implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e com destaque para as áreas de reserva e

fragmentos florestais, bem assim para o território do assentamento Mário Lago.

5. Semeando a grandeza ecológica no assentamento Mário Lago

A partir de 2012, alguns integrantes do assentamento Mário Lago iniciaram uma série de esforços para estudar e fomentar práticas de manejo agroflorestal. O objetivo central foi implementar Sistemas Agroflorestais (SAFs) em áreas de reserva coletiva, avançando assim nos compromissos firmados no TAC (Iha, 2017).

Por meio do Centro de Formação Dom Hélder Câmara, uma associação do MST que atua em todo

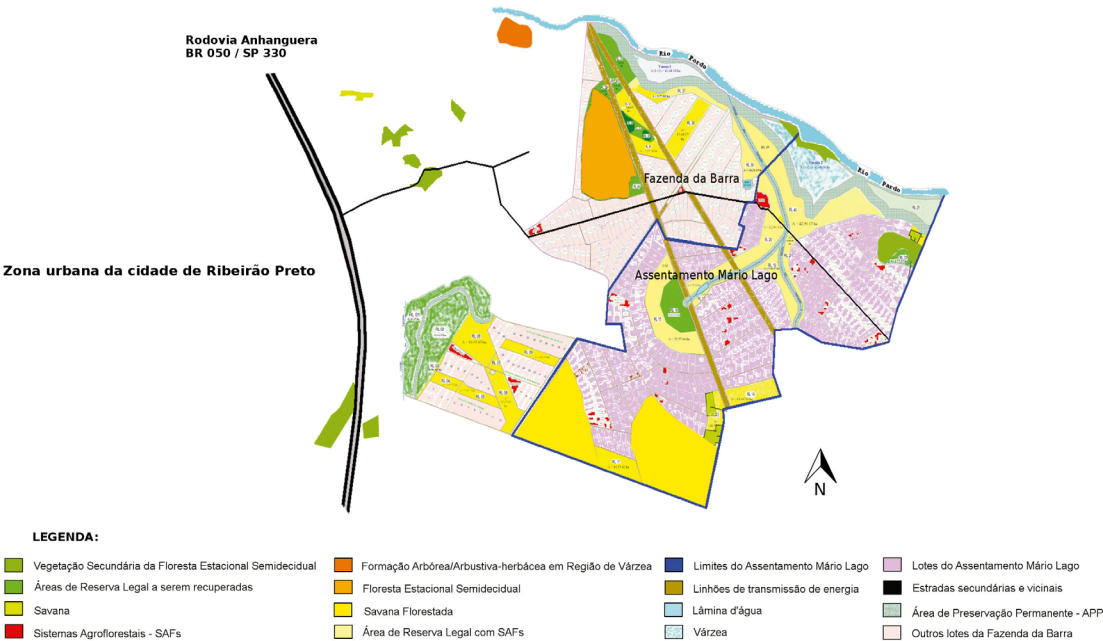


FIGURA 5 – Planta do Assentamento Mário Lago. Com destaque nas áreas com fragmentos florestais e Sistema Agroflorestais.
FONTE: Machado & Bizzo (2016).

estado de São Paulo, parte das famílias assentadas teve a oportunidade de participar de projetos financiados por empresas estatais e privadas, como a Petrobras, por exemplo. Esse apoio externo permitiu o início do aprendizado e adoção de técnicas agroflorestais, conforme previsto no TAC, mesmo sem a participação do Incra no processo.

É importante destacar que a necessidade de buscar fontes externas de financiamento ocorreu principalmente devido ao abandono do Incra e do governo federal, que ignoraram os compromissos firmados na estruturação do assentamento. Não foram realizados esforços suficientes para a aqui-

sição e distribuição de mudas de árvores nativas, a disposição de assistência técnica qualificada com conhecimento agroecológico ou agroflorestal em quantidade adequada para atender os assentados. Além disso, também não foram providenciados recursos hídricos suficientes para atender as necessidades básicas das famílias e permitir o plantio nas áreas de reserva.

A Tabela 2 apresenta os programas agroflorestais desenvolvidos pelo MST a partir de 2012. Os quatro primeiros projetos culminaram na criação de uma cooperativa agroflorestal denominada “Comuna da Terra”, que reuniu de forma mais consistente

TABELA 2 – Programas agroflorestais.

Programas	Período	Fontes de financiamento	Resultados
Agroflorestar	2012-2013	Programa Socioambiental da Petrobras	40 hectares de agrofloresta em áreas de RL
Agroflorestar II	2014-2015	Programa socioambiental Petrobras	500 m² de agrofloresta em 80 lotes, cerca de 4 hectares
Candei: agrofloresta iluminando a vida e os caminhos para o renascer das águas do Aquífero Guarani	2013-2015	Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO)	Equipamentos e capacitação agroflorestal
Renascer das Águas do Aquífero Guarani	2013-2015	Banco Mundial. Projeto de desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II, da Secretaria de Meio-Ambiente do Estado de São Paulo (SAMA)	Equipamentos, capacitação agroflorestal e implementação de sistemas de comercialização
Terra Mãe	2018-2019	Banco do Brasil	Capacitação em planejamento SAFs de 180 participantes e implementação e aprimoramento de 36 áreas com SAFs
Nova Era	2021-	Instituto Nova Era	10 hectares com SAFs e aprimoramento de áreas nos lotes de assentados participantes

FONTE: Iha, (2017); Freitas, (2018); Zonetti, (2019). Organização do autor.

famílias interessadas na utilização de Sistemas Agroflorestais (SAFs). Uma parte dos assentados que participaram e/ou ainda participam desses programas não atua exclusivamente em cooperativas agroflorestais. Através dos projetos, formou-se um grupo e, em alguns casos, até mesmo uma *comunidade* de assentados, o que levou à construção de conhecimentos e percepções comuns relacionados à atividade agrícola. Essa união tem resultado na produção de grande parte das *provas de autenticidade* que fundamentam a proposta agroecológica do assentamento.

O presente estudo reuniu uma grande quantidade de relatos que expressam as diferentes trajetórias de assentados e acampados no assentamento Mário Lago, especialmente de atores que integram a *comunidade agroflorestal*. Observa-se que diferentes eventos sociais e socioambientais influenciam no processo de construção de motivações e argumentações mobilizadas para justificar o engajamento na reforma agrária e/ou nas práticas agroflorestais. Nesse sentido, o modelo de entrevista de relato de vida (Alberti, 2013) permitiu distinguir as justificações e motivações dos entrevistados em três momentos distintos: antes do assentamento (t^1)⁵, durante (t^2) e futuras pretensões (t^3). Ou seja, os entrevistados (assentados e acampados) relataram experiências, motivações e justificações referentes a esses períodos, apresentando semelhanças e diferenças entre os próprios agrofloresteiros.

Para evidenciar e comparar as diferenças e semelhanças entre os interlocutores, e assim permitir uma análise sociológica adequada das motivações e

justificações⁶, os atores sociais foram divididos em três grandes grupos:

a) *Originários do Campo* (OC): indivíduos que tiveram no passado uma experiência saudável ou prazerosa com a prática agrícola e a vida no campo, mesmo que de forma breve;

b) *Originários Urbanos* (OU): interlocutores que nunca haviam tido contato com a agricultura antes do MST;

c) *Originários Urbano/Rurais* (OUR): aqueles que tinham uma vida dividida entre o trabalho no meio rural, como em grandes engenhos agroindustriais, por exemplo, e trabalhos temporários na cidade.

É importante ressaltar que essas classificações nem sempre conseguem descrever a realidade por completo, havendo frequentemente sobreposições. Por exemplo, pode ocorrer de um indivíduo do grupo OC, por diferentes motivos, passar a trabalhar em grandes engenhos agroindustriais de cana-de-açúcar e se aproximar da realidade social de um OUR. Por outro lado, essas categorizações auxiliam na compreensão dos processos que constituíram as motivações dos principais atores responsáveis pela constante legitimação do assentamento Mário Lago, especialmente considerando sua fundamentação com base em princípios de grandeza ecológica.

Com base nos relatos coletados, é possível estabelecer uma relação entre as diversas experiências e a presença de argumentos fundamentados nos princípios de justiça da *citê ecológica*, princi-

⁵ Os marcadores t^1 , t^2 e t^3 representam os períodos nos quais as motivações e justificações foram empregadas. Ao longo do texto, esses marcadores serão utilizados para auxiliar a leitura e compreensão dos relatos.

⁶ Os princípios de grandeza mobilizados serão indicados pelas siglas: Doméstica^(D); Cívica^(C); Industrial^(I); Mercantil^(M); Opinião^(O); Inspirada^(A) e Ecológica^(E). Nas argumentações também são indicadas as formas de críticas à determinada *citê* pelo sinal de maior e de menor grandeza (>), E>I, por exemplo, assim como de compromisso entre *citês* pelo sinal (/), E/D, por exemplo.

palmente após o contato com o MST. Essas experiências contribuem para a formação de motivações que justificam o engajamento no que denominamos, neste contexto, como *ecologismo*. A ideologia em questão é constituída por percepções e práticas fundamentadas em princípios morais ecológicos, que reconhecem e defendem o valor intrínseco da natureza. Além disso, pode ser interpretada como a formação de laços afetivos com a terra, permitindo o surgimento de uma espécie de *ética da terra* (Leopold, 1970).

Argumentos como “recuperação e preservação da natureza e da vida”^(E) ou “cuidar da terra”^(E) são mobilizados em maior quantidade pelos interlocutores quando buscam justificar o engajamento em práticas agroflorestais⁽¹²⁾ após se estabelecerem em um assentamento do MST. No caso dos OCs, os interlocutores relataram certa “familiaridade” com a proposta agroflorestal, pois suas experiências passadas não diferem das ideias propostas. A vocação agrícola e/ou a vontade de retornar à vida no campo e o contato com a natureza^(E) são expressos pelos OCs como as principais motivações para o ingresso no MST⁽¹¹⁾.

OC¹: *Pra mim não era uma ideia diferente. Eu explico... O próprio homem acabou com a mata e por causa disso a água vai acabando^(E>M). Não tem sombra, não tem nada. Então a gente já tinha essa ideia, plantar árvores. Nós todos, do MST, já tínhamos essa vontade de fazer, porque tem que plantar [árvores]^(C/E)* (entrevista realizada no dia 12 de abril de 2022).

A seguir, o OC² também aborda as semelhanças entre a proposta agroflorestal e suas experiências passadas, mas menciona outros aspectos. **JC:** *Vocês plantavam num sistema de monocultura? Como plantio de café, por exemplo?*

OC²: *Não, a gente plantava arroz, feijão, milho, pra gente consumir e pra vender. Era muita coisa, agricultura que produzia muito. Lembro-me que, quando eu era criança, meu pai estocava muito feijão, milho, arroz e outras coisas. Tinha abundância de todo tipo de produto⁽¹⁾. Era um tipo de sistema agroflorestal, hoje eu percebo isso. A gente plantava tudo consorciado, nunca fizemos a monocultura de nenhum produto^(E>1) [...] No caso daqui [assentamento Mário Lago], a agrofloresta, por conta do tamanho pequeno dos lotes, de aproximadamente 1,5 hectares, acaba sendo a única alternativa de produção economicamente viável^(1/M). Além disso, quando se fala da preservação aqui [Zona Leste de Ribeirão Preto], com o Aquífero Guarani, a recarga do Aquífero, existe toda uma demanda dessa região que exige um tipo de agricultura que só é sustentável fazer dessa forma [agrofloresta]^(E). Não é possível continuar fazendo o que sempre foi feito aqui com as monoculturas. Monoculturas como o café e a cana-de-açúcar são responsáveis por degradar o meio ambiente e quando eu cheguei aqui estava totalmente degradado, era cana de açúcar pra todo lado^(E>1)* (entrevista realizada no dia 05 de abril de 2022).

Nesse sentido, os OCs possuem experiências que, mesmo no passado, podem ser reconhecidas e valorizadas pelo mundo da justiça ecológica. É dessa forma que comunidades tradicionais, em muitos casos, são associadas aos princípios de grandeza ecológica⁷.

⁷ Em alguns casos, experiências e conhecimentos de comunidades tradicionais podem estar fortemente relacionados à preservação de biomas (Diegues, 2001), servindo como caminhos, mesmo não sendo seu propósito inicial, para a legitimação e engrandecimento desses grupos em conflitos socioecológicos.

Por outro lado, os OU não tinham experiências agrícolas e os ORU relataram em grande medida casos antagônicos à agricultura ecológica, ou seja, utilizaram técnicas e insumos da agricultura convencional. Assim, quando se trata do engajamento no MST ^(t1), destacam-se entre os OU e ORU justificações de ordem doméstica e cívica, como “estima e cuidado da família” ^(D) e “compromisso com o bem coletivo” ^(C). Quando são abordadas questões relacionadas ao manejo agroflorestal e investimento em SAFs ^(t2) e ^(t3), os interlocutores apresentam em grau superior justificações de ordem doméstica, mercantil e industrial em compromisso com a busca por justiça ecológica. Por exemplo, mencionam “aumento da produtividade, renda familiar e agrobiodiversidade” ^(I/M/E) e “produção de alimentos saudáveis para a família” ^(E/D).

OU¹: ^(t1) *Minha mãe, assim como meu pai, também tinha vontade de viver no campo. Eu fui para ajudar ela ^(D) e não apenas por uma vontade minha [...] Tanto que eu não fui montar um barraco para mim [num primeiro momento], eu montei somente o dela (entrevista realizada no dia 06 de abril de 2022).*

A seguir, é relatada a resposta de outro OU quando questionado sobre as motivações para aderir à agrofloresta.

OU²: ^(t2) *A gente vê muita coisa, muito câncer por conta do agrotóxico. Então eu sempre tive muito receio, muito medo e depois que eu tive as crianças isso piorou ^(D). Então eu não uso agrotóxico, porque o que me dá satisfação é ver minha netinha e netinho chegarem naquela jabuticaba ali e pegarem a jabuticaba e comer ^(E/D) [...] então se tem algum veneno ali eu não ia ter essa tranquilidade [...] se tivesse veneno jamais eu ia deixar eles comerem ^(E/D) (entrevista realizada no dia 07 de abril de 2022).*

Assim como os OU, os Originários Rurais Urbanos raramente expressavam memórias afetivas sobre a vida no campo em períodos anteriores à sua vivência com o MST.

ORU¹: *Saí do norte de MG ainda muito pequeno, vim para São Paulo com 13 anos. Na época eu vim para cortar cana, mas eu acabei não gostando muito então fui atrás de outras coisas [...] naquela época era muito precário trabalhar no corte de cana, era muito difícil. Eu não gostei disso, de jeito nenhum. Eu procurei um jeito de escapar dessa realidade.*

JC: *Antes de trabalhar com a cana você já sabia trabalhar com agricultura na sua terra natal?*
ORU¹: *Sempre trabalharam com a terra, mas não era agricultura familiar. A gente nunca teve terra, então sempre trabalhava para os outros (entrevista realizada no dia 11 de abril de 2022).*

Em seguida, um dos ORU¹ relata como conheceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por meio da recomendação de uma conhecida que havia frequentado o acampamento. As motivações de ordem cívica e doméstica são centrais nas argumentações deste interlocutor.

ORU¹: ^(t1) *Quando o MST chegou na região de Ribeirão Preto eu tinha uma visão global, uma visão da Globo sobre o MST. Então eu achava que era um monte de baderneiro. Ou seja, eu não tinha interesse nenhum, nem mesmo de conhecer o MST. Só que eu morava numa comunidade e fazia já um trabalho de liderança, principalmente no campo da educação [...] Depois, eu fui entendendo politicamente que tinha que fazer algumas lutas para tentar melhorar alguma coisa no campo da educação ^(C). Eu comecei a compreender isso depois que meus filhos começaram a ir para escola, fui engajando na questão e*

começando a participar ^(D/C) [...] Ela falou “está tendo uma luta lá para arrumar vaga para as crianças na escola e acho que você ajudaria bastante” ^(C). E por conta disso eu comecei a vir. Na primeira vez eu vim num domingo, pra conhecer, e na segunda-feira eu já estava morando no assentamento (entrevista realizada no dia 11 de abril de 2022).

Das 14 entrevistas realizadas com assentados e acampados, constatou-se a seguinte distribuição nas tipificações propostas: 6 OU; 5 OC; 3 ORU. Embora esta amostra seja de tamanho reduzido, ela revela a complexidade do conceito de *neorurais*. A adesão ao MST não se limita apenas à *fuga da precariedade*, mas engloba uma série de motivações diversas que ganham ou perdem destaque de acordo com o contexto situacional em que o ator social está inserido. Essas motivações são incorporadas pelo modelo de reforma agrária proposto pelo MST, que surge como uma alternativa às adversidades produzidas pelo atual modelo de sociedade, destacando-se, especialmente, as críticas e justificações de ordem ecológica (tabela 3).

Em momentos de conflito agudo, quando há a necessidade de defender a legitimidade do assentamento perante a opinião pública, as argumentações geralmente são estruturadas através de compromissos entre os princípios de grandeza ecológica e os mundos industrial, mercantil, cívico ou doméstico. Essas justificações estão presentes de forma tradicional nas discussões acerca da reforma agrária (Moruzzi Marques, 2021). Tais situações ocorreram principalmente em debates nas esferas políticas locais, como, por exemplo, nas discussões

em torno das propostas de zoneamento apresentadas no novo plano diretor do município (2018) e nas políticas públicas de fomento a SAF e ao combate à insegurança alimentar na região.

No que diz respeito às *provas de veracidade* apresentadas pelo MST, apesar do destaque à pauta ambiental, estas baseiam-se principalmente nas diversas funcionalidades da agrofloresta. Ou seja, não apenas dos “benefícios ecológicos” ^(E), mas também no seu “potencial produtivo” ^(I), na “garantia de renda” ^(M), na “segurança alimentar para as famílias” ^(D), na “maior diversidade cultural e agrícola” ^(A), na “igualdade social” ^(C) e no “reconhecimento ou notabilidade” ^(O). Dessa forma, as multifuncionalidades da agricultura agroflorestal também se expressam em múltiplas justificações para valorizar uma proposta alternativa de reforma agrária, bem como múltiplas críticas ao modelo agrícola antiecológico⁸.

Os principais mecanismos de produção e mobilização das provas de veracidade podem ser observados em algumas estratégias centrais:

- a) a realização de projetos agroflorestais através de editais;
- b) redes de comercialização direta, permitindo aos assentados demonstrarem as múltiplas funcionalidades dos SAFs através da encomenda de cestas agroflorestais;
- c) divulgação nas redes sociais de atividades e benefícios associados aos SAFs;
- d) certificação orgânica através da Organização de Controle Social (OCS)⁹;

⁸ Antiecológico pois é insustentável no que diz respeito à preservação ambiental, social e econômica. Ou seja, não é isoladamente prejudicial ao meio ambiente ou à humanidade, mas sim à toda comunidade biótica.

⁹ Implica em visitas presenciais de consumidores às plantações agroflorestais.

TABELA 3 – Das principais motivações e provas de veracidade em diferentes momentos de engajamento pela reforma agrária.

Originários Urbanos			
	Antes	Durante	Depois
Justificações	Doméstica e Cívica	Cívica/Ecológica e Doméstica/ Ecológica	Cívica e Ecológica
Argumentações	Fuga da precariedade e cuidado familiar; Contribuir para o bem-comum da comunidade.	Contribuir para concretização dos compromissos coletivos firmados no TAC; Produzir alimentos saudáveis.	Combater as desigualdades; Defender a natureza para preservar um bem-comum.
Provas de Veracidade	Sentimento de maior segurança e saúde para família; Participação na luta coletiva organizada por melhorias.	Recuperação de áreas degradadas pela implementação de SAF nos lotes e áreas coletivas; Preservação das áreas naturais; Comercialização de alimentos com certificação de orgânicos; Sentimento de segurança alimentar para família.	Intenção em participar de campanhas para de doação de alimentos saudáveis; Investimento em projetos agroflorestais.
Originários Rural Urbano			
Período	Antes	Durante	Depois
Justificações	Doméstica e Cívica	Industrial/Ecológica Cívica/Ecológica	Doméstica e Ecológica
Argumentações	Cuidado familiar; Contribuir para o bem-comum da comunidade.	Produzir alimentos sem prejudicar a natureza; contribuir para concretização dos compromissos coletivos firmados no TAC.	Transmitir o ofício agroflorestal às próximas gerações; defender a natureza para preservar um bem-comum.
Provas de Veracidade	Sentimento de maior segurança e saúde para família; Participação na luta coletiva organizada por melhorias.	Aumento da produtividade com a implantação de SAF; Recuperação de áreas degradadas e implementação de SAF nos lotes e áreas coletivas; Preservação das áreas naturais.	Ensino e transmissão dos conhecimentos e valores agroecológicos ou agroflorestais; Investimento em projetos agroflorestais.
Originários do Campo			
Período	Antes	Durante	Depois
Justificações	Doméstica e Ecológica	Industrial/Ecológica Cívica/Ecológica	Doméstica e Ecológica
Argumentações	Fuga da precariedade ecológica e cuidado familiar	Produzir alimentos sem prejudicar a natureza; contribuir para concretização dos compromissos coletivos firmados no TAC.	Transmitir o ofício agroflorestal às próximas gerações; defender a natureza para preservar um bem-comum.
Provas de Veracidade	Maior contato com a natureza através duma agricultura de base agroecológica; Sentimento de maior segurança e saúde para família.	Aumento da produtividade com a implantação de SAF; Recuperação de áreas degradadas e implementação de SAF nos lotes e áreas coletivas; Preservação das áreas naturais.	Ensino e transmissão dos conhecimentos e valores agroecológicos ou agroflorestais; Investimento em projetos agroflorestais.

FONTE: Elaborado pelo autor.

e) iniciativas de educação agrícola e ambiental, incluindo trabalhos, estudos e eventos com estudantes, especialmente de universidades públicas, sobre o manejo agroflorestal e seus múltiplos impactos. Além disso, são realizados programas educacionais, entrevistas e palestras em meios de comunicação populares como a TV Escola, TV Câmera e TV Ribeirão Preto.

A disponibilidade de espaços de comunicação, como as TVs locais, para a discussão da agroecologia reflete o contexto atual, que demanda cada vez mais a discussão de alternativas sustentáveis. A crescente conscientização sobre os impactos ambientais e sociais gerados pelos modelos de produção convencionais tem impulsionado a necessidade de explorar e promover práticas agrícolas mais ecológicas. Em Ribeirão Preto, a valorização da reforma agrária como uma alternativa para enfrentar os desafios climáticos setoriais/globais, como o aquecimento global, a escassez de recursos hídricos e a diminuição da agrobiodiversidade, ocorre em virtude dos esforços políticos e culturais promovidos pelo MST e seus colaboradores. O MST apresenta as práticas agroflorestais como soluções embasadas na natureza, fornecendo *provas de veracidade* coerentes a uma ampla diversidade de ordens de grandeza, especialmente no âmbito ecológico.

Trata-se de um gigantesco empenho da sociedade civil para encontrar respostas socioecológica, baseadas na natureza, diante das crises e mazelas provocadas pelo *silenciamento do campo*. Os resultados, como demonstrado ao longo do texto, são mudanças socioambientais profundas que avançam o processo de *metamorfose do campo*. Isso envolve a transição da agricultura moderna para a agricultura sustentável, do produtivismo capitalista

ao ecologismo, ou ainda, exemplificando na materialização dessa metamorfose pela transformação dos engenhos agroindústrias de cana-de-açúcar em assentamentos de reforma agrária agroflorestais.

Por fim, é importante ressaltar que o governo federal de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) abandonou importantes órgãos e políticas públicas voltadas para o setor agroalimentar, resultando no desmantelamento de estruturas fundamentais. Esse cenário obrigou o MST a buscar alternativas de menor alcance para promover as agroflorestas e avançar nas propostas estabelecidas no TAC, embora de forma insuficiente. Nesse sentido, a organização social e política construída pelas famílias do MST, em especial durante os períodos de acampamento e pré-assentamento, ou seja, os arranjos institucionais locais, é fundamental na elaboração de respostas frente ao descaso dos poderes centrais. No caso dos projetos agroflorestais, seria impossível o desenvolvimento de SAFs, especialmente nas áreas de reserva, sem a auto-organização coletiva dos assentados. Nas palavras de um dos interlocutores, “não existe agrofloresta sem mutirão”. Portanto, as provas de veracidade apresentadas aqui, especialmente as relacionadas à *citê ecológica*, são, sobretudo, fruto da cooperação entre as famílias, seja na preservação ou na restauração do meio ambiente.

6. Considerações finais

O presente estudo constituiu um esforço teórico e metodológico com propósito de apresentar uma abordagem de investigação capaz de compreender os processos que conduzem à *metamorfose do mundo*, especialmente no que diz respeito aos conflitos sociais no setor agrícola e fundiário, ou

seja, a *metamorfose do campo*. Conclui-se que o MST, por meio da promoção da agroecologia e/ou agrofloresta, desempenha um papel significativo no enfrentamento das emergências climáticas, especialmente no âmbito social e político, ao questionar os referenciais setoriais que orientam as políticas agrícola e fundiária do país. O movimento representa uma força criativa capaz de produzir novas críticas à legitimidade das práticas antiecológicas protagonizadas pelo *patriciado moderno* ou agro-negócio.

Seria pertinente em futuras pesquisas explorar com maior profundidade questões intimamente ligadas à manutenção da proposta agroflorestal e aos argumentos que fundamentam a reforma agrária na região. Por exemplo, investigar as mudanças no ordenamento político e social; identificar os principais entraves na produção de arranjos institucionais mais amplos e efetivos; analisar em que medida o contato precoce com práticas agrícolas, constituindo afetividades positivas, pode influenciar na predisposição aos princípios da *city ecológica*; avaliar os impactos de leis voltadas para a comercialização de produtos agroecológicos da agricultura familiar, como o PAA e PNAE, na decisão dos agricultores em aderir à proposta agroecológica e, até mesmo, transitar para o SAF.

Em suma, a crítica ecológica apresenta um potencial enorme de transformação do ordenamento político e social neste momento histórico. Os riscos climáticos globais não serão solucionados apenas pela contenção da ferocidade do capitalismo; trata-

-se de uma contradição existencial da qual o atual modelo de modernidade e a ingênua “fé no progresso” não podem superar, apenas omitir e ignorar os riscos enquanto a crise se agrava. No caso do Brasil, considerando o contexto de extrema polarização manifestado nas eleições de 2022, particularmente no estado de São Paulo, é projetado um caminho extremamente conturbado ao aprofundar cada vez mais as contradições denunciadas pela sociedade de risco global.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001¹⁰. Além disso, contou com o apoio fundamental do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, que possibilitou a realização das visitas ao assentamento Mário Lago.

Nossos sinceros agradecimentos a todos os agrofloresteiros e agrofloresteiras que generosamente participaram do presente estudo e à coordenação regional do MST em São Paulo pela acessibilidade e receptividade proporcionadas.

Por fim, agradecemos aos avaliadores da revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, pela oportunidade de utilizar desse espaço e

¹⁰ Este trabalho é referente à dissertação de mestrado “O espírito do ecologismo e a metamorfose do campo: um estudo sobre os conflitos sociais no campo em tempos de emergência climática” que, por sua vez, integra o projeto “O desafio da governança das mudanças climáticas no Brasil: uma análise multinível e multiatores (o caso do estado de São Paulo)” coordenado pela Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira e financiado pela FAPESP entre 2020-2022 (nº processo 19/14867-2), culminando no livro “A emergência climática: governança multinível e multiatores no estado de São Paulo”.

apresentar nossas contribuições às discussões sobre ambiente e sociedade.

Referências

- Aguiar, V. J. *Proposta do Comuna da Terra no Assentamento Mário Lago (PDS Fazenda da Barra) em Ribeirão preto/SP*. Presidente Prudente, Monografia (Faculdade de Ciências e Tecnologia) – Unesp, 2011.
- Alberti, V. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013.
- Angelo, C.; Rittl, C. *Análise das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas do Brasil (1970-2018)*. Observatório do Clima, 2019. Disponível em: <<https://seeg.eco.br/category/relatorios-analiticos/>>. Acesso em: jun. 2023.
- Beck, U. *A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- Boltanski, L.; Thévenot, L. The sociology of critical capacity. *European journal of social theory*, 2(3), 359-377, 1999.
- Boltanski, L.; Thévenot, L. *On justification: economies of worth*. Princeton University Press, 2006.
- Boltanski, L. *Love and justice as competences*. Cambridge, UK: Polity Press, 2012.
- Boltanski, L.; Chiapello, È. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2020.
- Borelli Filho, D. *A luta pela posse da terra na região de Ribeirão Preto: o processo de formação e organização do assentamento Mário Lago*. Araraquara/SP, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – UNIARA, 2009.
- Borsato, R. S.; Carmo, M. S. A Construção do Discurso Agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 51, 645-660, 2013.
- Cubas, T. E. A. *O São Paulo Agrário na Era da Globalização*. Presidente Prudente/SP, Tese (Doutorado em Geografia) – Unesp, 2017.
- Diegues, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- Elias, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- Ferreira, I.; Tavoraro, S. Environmental concerns in contemporary Brazil: an insight into some theoretical and societal backgrounds (1970s–1990s). *International Journal of Politics, Culture, and Society*, 19, 161-177, 2008.
- Freitas, G. B. A. *Construção Social dos Mercados: o Pronaf e a oferta de cestas de alimentos orgânicos agroflorestais no assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto/SP*. Araraquara/SP, Dissertação (Mestrado em Ciências e Letras) – Unesp, 2018.
- Goulart, M. P. *Ministério Público e democracia: teoria e prática*. São Paulo: Editora Led, 1998.
- Goulart, M. P. *Elementos para uma teoria geral do Ministério Público*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013.
- Gonçalves, J. C.; Scopinho, R. A. Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável: a difícil construção de um assentamento agroecológico em Ribeirão Pretos-SP. *Retratos de Assentamentos*, 13, 239-262, 2010.
- Henriques, O. K. *Caracterização da vegetação natural de Ribeirão Preto, SP*. Ribeirão Preto/SP, Tese (Doutorado em Biologia) – USP, 2003.
- IBGE. *Censo demográfico de 2010*. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: jun. 2023.
- Iha, M. H. *A apropriação da agrofloresta na afirmação da reforma agrária: um estudo sobre o processo de recamposinização no assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto/SP*. São Paulo, Tese (Doutorado em Geografia) – USP, 2017.
- Lamont, M.; Thévenot, L. *Rethinking comparative cultural sociology: repertoires of evaluation in France and the United States*. Cambridge Press, 2000.
- Leopold, A. *A sand county almanac: with essays on conservation from round river*. Oxford University Press, 1970.
- Machado, A. M. B.; Bizzo, N. A. *Camponeses da Reforma Agrária e a Floresta: o caso do assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto, SP*. Brasília: EMBRAPA, 2016.

Moruzzi Marques, P. E.; Debrim Dória, N. A integração da noção de soberania na concepção predominante de segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, 41, 246-261, 2021.

Muller, P. *As políticas públicas*. Niterói/RJ: Editora Eduff, 2018.

Ribeirão Preto. *Processo de revisão do Plano Diretor (2017-2018)*. Disponível em: <<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/planejamento/plano-diretor-do-municipio>>. Acesso em: maio, 2022.

Ribeiro, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Editora Global, 2015.

Ribeiro, D. *América Latina: a pátria grande*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Global, 2017.

Werneck, A. *A desculpa: as circunstâncias e a moral das relações sociais*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2012.

Zonetti, V. M. *O desenvolvimento do projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago: dos processos de aprendizagem à transformação da atividade*. São Paulo, Tese (Doutorado em Ciências) – USP, 2019.

Zullo Junior, J; Koga-Vicente, A. Cenário de disponibilidade de terras para expansão canavieira na região centro-sul brasileira em condições de mudanças climáticas. In: Zullo Junior, J.; Pfeiffer, C. C.; Furtado, A. (Orgs.). *Planejamento da produção de cana-de-açúcar no contexto das mudanças climáticas globais*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2016.